

ESCOLA BÁSICA D. SANCHO I - 170379

INFORMAÇÕES AOS ENCARGADOS DE EDUCAÇÃO

Existe um novo Estatuto do Aluno publicado a 5 de Setembro de 2012 (**Lei n.º51/2012 de 5 de setembro**), com algumas alterações em relação ao anterior.

Este estatuto encontra-se disponível na **plataforma Moodle da Escola** para consulta de toda a comunidade escolar.

As Coordenadoras dos Diretores de turma e o Conselho Pedagógico encontram-se a trabalhar na análise deste novo estatuto para que se possa proceder às alterações necessárias no Regulamento Interno do Agrupamento.

ASPETOS IMPORTANTES A SALIENTAR:**Frequência e assiduidade**

O dever de assiduidade e pontualidade implica para o aluno a presença e a pontualidade na sala de aula e demais locais onde se desenvolva o trabalho escolar munido do material didático ou equipamento necessários, de acordo com as orientações dos professores, bem como uma atitude de empenho intelectual e comportamental adequada, em função da sua idade, ao processo de ensino. (**artigo 13.º, n.º3**)

A falta é a ausência do aluno a uma aula ou a outra atividade de frequência obrigatória ou facultativa caso tenha havido lugar a inscrição, a falta de pontualidade ou a comparência sem o material didático ou equipamento necessário. (**artigo 14.º, n.º1**)

As faltas resultantes da aplicação da ordem de saída da sala de aula, ou de medidas disciplinares sancionatórias, consideram -se faltas injustificadas. (**artigo 14.º, n.º4**)

O aluno pode ser dispensado temporariamente das atividades de educação física ou desporto escolar por razões de saúde, devidamente comprovadas por atestado médico, que deve explicitar claramente as contraindicações da atividade física. (**artigo 15.º, n.º1**)

Justificação de Faltas

São consideradas justificadas as faltas dadas por doença do aluno, devendo esta ser informada por escrito pelo encarregado de educação quando determinar **um período inferior ou igual a três dias úteis, ou por médico se determinar impedimento superior a três dias úteis**, podendo, quando se trate de doença de carácter crónico ou recorrente, uma única declaração ser aceite para a totalidade do ano letivo ou até ao termo da condição que a determinou. **(artigo 16.º, n.º1, a))**

A justificação das faltas exige um pedido escrito apresentado pelos pais ou encarregados de educação ao diretor de turma, com indicação do dia e da atividade letiva em que a falta ocorreu, referenciando os motivos justificativos da mesma na caderneta escolar. **(artigo 16.º, n.º2)**

O diretor de turma pode solicitar aos pais ou encarregado de educação os comprovativos adicionais que entenda necessários à justificação da falta. **(artigo 16.º, n.º3)**

A justificação da falta deve ser apresentada previamente, sendo o motivo previsível, ou, nos restantes casos, até ao 3.º dia útil subsequente à verificação da mesma. **(artigo 16.º, n.º4)**

Faltas injustificadas

As faltas são injustificadas quando:

- a) Não tenha sido apresentada justificação;
- b) A justificação tenha sido apresentada fora do prazo;
- c) A justificação não tenha sido aceite;
- d) A marcação da falta resulte da aplicação da ordem de saída da sala de aula ou de medida disciplinar sancionatória.

(artigo 17.º, n.º1)

As faltas injustificadas são comunicadas aos pais ou encarregados de educação pelo diretor de turma **no prazo máximo de três dias úteis**, pelo meio mais expedito. **(artigo 17.º, n.º3)**

Excesso grave de faltas

Em cada ano letivo as faltas injustificadas não podem exceder o **dobro do número** de tempos letivos semanais por disciplina. **(artigo 18.º, n.º1, b))**

Quando for atingido **metade dos limites de faltas**, os pais ou o encarregado de educação **são convocados à escola, pelo meio mais expedito**, pelo diretor de turma ou pelo professor que desempenhe funções equiparadas. **(artigo 18.º, n.º3)**

A notificação referida no número anterior tem como objetivo alertar para as consequências da violação do limite de faltas e procurar encontrar uma solução que permita garantir o cumprimento efetivo do dever de assiduidade. **(artigo 18.º, n.º4)**

Caso se revele impraticável o referido anteriormente, por motivos não imputáveis à escola, e sempre que a gravidade especial da situação o justifique, **a respetiva comissão de proteção de crianças e jovens em risco deve ser informada do excesso de faltas do aluno menor de idade**, assim como dos procedimentos e diligências até então adotados pela escola e pelos encarregados de educação, procurando em conjunto soluções para ultrapassar a sua falta de assiduidade. **(artigo 18.º, n.º5)**

Efeitos da ultrapassagem dos limites de faltas

A ultrapassagem dos limites de faltas injustificadas constitui uma violação dos deveres de frequência e assiduidade e obriga o aluno faltoso ao cumprimento de medidas de recuperação e ou corretivas específicas, podendo ainda conduzir à aplicação de medidas disciplinares sancionatórias, nos termos do presente Estatuto. **(artigo 19.º, n.º1)**

Medidas Disciplinares

A aplicação no decurso do mesmo ano letivo e ao mesmo aluno da medida corretiva de ordem de saída da sala de aula pela terceira vez, por parte do mesmo professor, ou pela quinta vez, independentemente do professor que a aplicou, implica a análise da situação em conselho de turma, tendo em vista a identificação das causas e a pertinência da proposta de aplicação de outras medidas disciplinares corretivas ou sancionatórias, nos termos do presente Estatuto. **(artigo 26.º, n.º7)**

Incumprimento dos deveres por parte dos pais ou Encarregados de Educação

O incumprimento pelos pais ou encarregados de educação, relativamente aos seus filhos ou educandos menores ou não emancipados, dos deveres, de forma consciente e reiterada, implica a respetiva responsabilização nos termos da lei e do presente Estatuto. **(artigo 44.º, n.º1)**

Constitui incumprimento especialmente censurável dos deveres dos pais ou encarregados de educação:

- O incumprimento dos deveres de matrícula, frequência, assiduidade e pontualidade pelos filhos e ou educandos, bem como a ausência de justificação para tal incumprimento.

- A não comparência na escola sempre que os seus filhos e ou educandos atinjam metade do limite de faltas injustificadas ou a sua não comparência ou não pronúncia, nos casos em que a sua audição é obrigatória, no âmbito de procedimento disciplinar instaurado ao seu filho ou educando.
- A não realização, pelos seus filhos e ou educandos, das medidas de recuperação definidas pela escola nos termos do presente Estatuto, das atividades de integração na escola e na comunidade decorrentes da aplicação de medidas disciplinares corretivas e ou sancionatórias, bem como a não comparência destes em consultas ou terapias prescritas por técnicos especializados. **(artigo 44.º, n.º2)**

O incumprimento reiterado, por parte dos pais ou encarregados de educação, dos deveres a que se refere número anterior, determina a obrigação, por parte da escola, de comunicação do facto à competente comissão de proteção de crianças e jovens ou ao Ministério Público, nos termos previstos no presente Estatuto. **(artigo 44.º, n.º3)**